

Superlógica
Tecnologia
Imobiliárias S.A.

(CNPJ: 43.630.264/0001-31)

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço Patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da administradora às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

A Superlógica Tecnologias Imobiliárias S.A foi criada a partir de uma unidade de negócios, com o foco em expandir a atuação no setor imobiliário, no fornecimento de produtos e serviços para a transformação digital dos processos de compra, venda e locação de imóveis.

Destaques Financeiros

No ano de 2021 foi integralizado o capital social de R\$ 2,3 milhões, realizada pelos acionistas. Não apresentou receitas durante o exercício, despesas com vendas, gerais e administrativas de R\$ 262 mil e prejuízo líquido no período de R\$ 262 mil.

Projetos em andamento

A expectativa é aumentar o portfólio de produtos, oferecendo uma plataforma completa ao mercado, permitindo que as imobiliárias se digitalizem e se tornem mais competitivas.

Agradecimentos

A Administração agradece a fidelidade e confiança de nossos clientes, parceiros, fornecedores e financiadores; em especial, agradecemos a todos os nossos colaboradores pela dedicação, competência e superação demonstradas neste ano de trabalho.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Superlógica Tecnologia Imobiliárias S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Superlógica Tecnologia Imobiliárias S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 23 de setembro de 2021 (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Superlógica Tecnologia Imobiliárias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 23 de setembro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP028567/O-1



Bruno Akamine Silva
Contador CRC 1SP295100

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021
Circulante		
Outros ativos	7	1
Total circulante		1
Não circulante		
Imobilizado	9	187
Intangível	10	1.910
Total não circulante		2.097
TOTAL ATIVO		2.098
PASSIVO	Nota	31/12/2021
Circulante		
Fornecedores	11	18
Total circulante		18
Não circulante		
Partes relacionadas	8	15
Total não circulante		15
Patrimônio líquido		
Capital social	12(a)	2.337
Capital social a integralizar	-	(10)
Prejuízos acumulados	-	(262)
Total Patrimônio Líquido		2.065
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PERÍODO DE 23 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas (Despesas)		
operacionais		
Despesas com vendas	15	(9)
Despesas gerais e administrativas	15	(23)
Depreciações e amortizações	9 e 10	<u>(230)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>(262)</u>
		<hr/>
Prejuízo do exercício		<u><u>(262)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODO DE 23 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>
Prejuízos líquido do exercício	(262)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultados abrangentes do exercício	<u><u>(262)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 23 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 23 de setembro de 2021		<u>10</u>	<u>(10)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento de capital social	12(a)	2.327	-	-	2.327
Prejuízo do exercício	-	-	-	(262)	(262)
Em 31 de dezembro de 2021		<u>2.337</u>	<u>(10)</u>	<u>(262)</u>	<u>2.065</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PERÍODO DE 23 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021
Prejuízo do exercício		(262)
Depreciação e amortização		230
Variações no ativo e passivo		
(Aumento) Redução em Outros Ativos	7	(1)
Aumento (Redução) em Fornecedores	11	18
Aumento (Redução) Partes Relacionadas	8	15
Caixa Líquido gerado (utilizado) nas Atividades Operacionais		-
Atividades de investimento		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	9 e 10	(2.327)
Caixa Líquido gerado (utilizado) nas Atividades de Investimento		(2.327)
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	12(a)	2.327
Caixa Líquido gerado (utilizado) nas Atividades de Financiamento		2.327
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa		-
Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa inicial		-
Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa final		-
Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa		-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto Operacional

A Superlógica Tecnologia Imobiliárias Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade por quota de participação, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, Bloco B, 3º andar, conjunto 32, no bairro Alphaville Industrial, no Estado de São Paulo, tendo seu registro deferido na junta comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 23 de setembro de 2021.

A Empresa tem por objetivo o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis fornecidos por meio de plataforma online e a preparação de documentos, prestação de serviços de intermediação de negócios, administração de portais da internet de intermediação no aluguel e compra e venda de imóveis de terceiros e a participação em outras sociedades.

A crise financeira global motivada pelo “Corona Vírus” (COVID-19), vem afetando substancialmente os sistemas financeiros nacional e internacional, incluindo a economia e o mercado de valores mobiliários. As principais bolsas de valores mobiliários do mundo caíram a níveis históricos. A Administração está monitorando os acontecimentos relacionados a epidemia do COVID-19 e não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas em 06 de Abril de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração considera que a Empresa detém recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

b. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

c. Passivos Contingentes

Contingências inclui: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e julgamentos que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

5 Principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou rerepresentados, como resultado de uma mudança na política contábil.

a. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating de instituições financeiras de primeira linha. Representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras de curto prazo que possuam alta liquidez.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no ano para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, totalizando uma média de 34%.

A Empresa apurou prejuízos fiscais no exercício (vide nota explicativa 17).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos, especificamente nos casos em que antecipações de pagamentos podem e devem ser utilizados na apuração líquida do saldo remanescente a pagar dos referidos impostos antecipados.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamento de informática	5 anos
----------------------------	---------------

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

d. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e Mensuração

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	3 anos
Direito de não concorrência	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Em 31 de dezembro de 2021 estes ativos encontram-se na fase de desenvolvimento, portanto, não são amortizados até que estejam disponíveis para uso.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo pelo resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente

todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problema de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitadas no resultado no mês que ocorreram as evidências objetivas de perda.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa

base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27)
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26)

7 Outros ativos

	<u>31/12/2021</u>
Adiantamentos a fornecedores	1
	<u>1</u>

8 Partes relacionadas

a. Controladora final

A controladora final da Empresa é a Superlógica Tecnologias S.A. (“Superlógica” ou “Grupo”). A Superlógica é a líder de um grupo de diversas empresas que atuam sob a mesma gestão, no qual a Empresa é parte.

b. Operações entre empresas da Empresa (*intercompany*)

Durante as operações das empresas, contratos de mútuo podem ser firmados para empréstimos entre as empresas do mesmo grupo, por prazo indeterminado, para a gestão de fluxo de caixa entre as empresas do Grupo, sem a incidência de juros, os quais estão registrados conforme o mapa de partes relacionadas abaixo:

	<u>31/12/2021</u>
Partes relacionadas a pagar	
Superlógica Tecnologias S.A.	15
	<u>15</u>

c. Movimentação de partes relacionadas no período:

	31/12/2021
Saldo em 23 de setembro de 2021	-
Adição	15
Baixas	-
Juros	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15

d. Operações com pessoal-chave da Administração

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração da Empresa inclui salários e benefícios de mercado, e não possuem benefícios não monetários, contribuições para plano de benefício definido ou contribuição definida pós-emprego, nem programa de opção de compra de ações. Não houve despesa no período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2021.

(ii) Principais transações com o pessoal chave da Administração

Não há transações relevantes envolvendo o pessoal chave da administração para o período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2021.

9 Imobilizado

a. Movimentações do ativo imobilizado

	Adições	31/12/2021
Custo		
Equipamentos de informática	199	199
Total do custo	199	199
Depreciação		
Equipamentos de informática	(12)	(12)
Total da depreciação	(12)	(12)
Saldo residual líquido	187	187

b. Bens dados em garantia e penhora

A Empresa não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

c. Provisão para redução ao valor recuperável e reversão subsequente

Anualmente a Empresa avalia se há indícios de qualquer evento que possa levar a necessidade de uma provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos imobilizados. No encerramento do período de 23 de setembro a 31 de dezembro

de 2021 não foi identificado qualquer indício que levasse a necessidade de testes de *impairment*.

10 Intangível

a. Movimentações do ativo intangível

	<u>Adições</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo		
Softwares	1.003	1.003
Direito de não concorrência vertical imobilizado	1.125	1.125
Total do custo	<u>2.128</u>	<u>2.128</u>
Amortização		
(-) Amortização acumulada	<u>(218)</u>	<u>(218)</u>
Total da amortização	<u>(218)</u>	<u>(218)</u>
Saldo residual líquido	<u>1.910</u>	<u>1.910</u>

Em 31 de dezembro de 2021 estes ativos intangíveis encontram-se na fase de desenvolvimento, portanto, não são amortizados até que estejam disponíveis para uso.

11 Fornecedores

	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores Nacionais	<u>18</u>
	<u>18</u>

Referem-se a fornecedores diversos os quais não possuem valores vencidos nas datas de fechamento destas demonstrações financeiras, e tem previsão de pagamento até 30 dias.

12 Capital Social e Reservas

a. Capital Social

Em 2021 ocorreu aumento de capital social no montante de R\$ 2,3 milhões integralizado. O quadro societário da Controlada está demonstrado conforme abaixo:

<u>Superlógica Tecnologias Imobiliárias Ltda</u>	<u>Qtd quotas (Mil)</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>%</u>
Superlógica Tecnologias Ltda	2.337	2.337	100%

Capital Social	2.337	2.337	100%
-----------------------	--------------	--------------	-------------

b. Reserva Legal

É constituída obrigatoriamente para empresas de sociedade anônima à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social quando então deixará de ser acrescida; ou poderá, a critério da companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante das Reservas de Capital, atingir 30% do capital social.

Considerando que a Empresa apresentou prejuízo no ano de 2021, não foi constituída a Reserva legal.

c. Dividendos

A distribuição de dividendos anuais corresponde a 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei, diminuído ou acrescido dos seguintes valores, se aplicável: (i) importância destinada à formação de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão de reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

A Empresa apresentou prejuízo no ano de 2021 e não foi constituído dividendos.

13 Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa não possui processos classificados como perda provável.

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa não possui processos com probabilidade de perda possível, dos quais utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, em consonância com os preceitos do CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Cabe esclarecer que, conforme CPC mencionado acima, a Empresa não constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e remota.

14 Gerenciamento do capital

A política da Diretoria é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Empresa monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela 'dívida líquida', dividido pelo 'patrimônio líquido ajustado'. A dívida líquida é calculada considerando o saldo do total do passivo (conforme apresentado no balanço patrimonial), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

O índice de alavancagem da Empresa é negativo, uma vez que não capta recursos de terceiros, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Total do passivo	33
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-
Dívida líquida	<u>33</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.065</u>
	<u>2%</u>

15 Instrumentos financeiros

Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa, a qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de suas políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

16 Despesas por natureza

	<u>31/12/2021</u>
Serviços de terceiros	(23)
Feiras, publicidade e eventos	(9)
Depreciação e amortização	(230)
Resultado custos e despesas	<u>(262)</u>

Demonstração do resultado do exercício período 23 de setembro a 31 de dezembro 2021

Despesas com vendas	(9)
Despesas gerais e administrativas	(23)
Depreciação e amortização	(230)
Resultado custos e despesas	(262)

17 Imposto de renda e contribuição social

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	<u>31/12/2021</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(262)
Alíquota fiscal combinada	34%
	<u>-</u>
Adições - Despesas não dedutíveis	92
Exclusões	-
	<u>-</u>
Prejuízo fiscal no resultado do período	(170)

b. Prejuízos fiscais a compensar

A Empresa é optante pelo regime tributário do lucro real, e apurou prejuízos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 170 mil. A Empresa não registrou IRPJ e CSLL diferido.

18 Eventos subsequentes

Em janeiro de 2022 a Empresa recebeu o aporte de capital no montante de R\$ 12.810 milhões a qual a controladora da empresa teve sua participação diluída.

* * *